REVISTA SCIENTIA ALPHA
REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE ALFA UMUARAMA
> revista.alfaumuarama.edu.br
UniALFA FACULDADE

PERCURSO HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO COM FOCO NAS RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO

Tanielly Carla Pereira[1]*; Thiago Silva Prado*[2]

[1] Bacharel em Engenharia de Produção – Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA. carla05pereira@gmail.com
[2] Doutorando em Educação, Universidade Estadual de Maringá (UEM). prof.thiagoprado@gmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo geral conhecer a trajetória do trabalho nas indústrias a partir da perspectiva histórica, com ênfase nas perplexidades oriundas da ascensão do capitalismo. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, buscando destacar elementos essenciais para a compreensão do estágio mais contemporâneo da industrialização e como estes processos industriais podem impactar na qualidade de vida no trabalho. Assim, por meio dos levantamentos realizados, notou-se que a forma como ocorreu a evolução humana a partir do feudalismo deixou marcas na histórica, que culminam ainda na contemporaneidade na desvalorização e precarização do trabalho. Dessa forma, torna-se imprescindível pesquisas futuras com mais profundidade no objeto e em temas correlatos a partir da análise do trabalho e das condições materiais da vida em sociedade no capitalismo.

Palavras-chave: Industrialização. Trabalho. Capitalismo.

1 INTRODUÇÃO

A indústria contemporânea consegue por meio de várias estratégias engalanar a sociedade em geral, que acaba evocando nelas o símbolo de desenvolvimento e prosperidade, por aparentemente garantir postos de trabalho onde se instalam. Contudo, é imprescindível buscar luzes para esta reflexão, pois conjuntamente surgem no mesmo sentido diversas mazelas quanto as condições pelas quais determinadas populações envolvidas nestes ambientes deverão se submeter, podendo chegar a níveis extremos, como, por exemplo, o trabalho análogo à escravidão.

Nesse sentido, vale buscar na história e na crítica ao conhecimento, conhecer como se organizou a sociedade no decorrer dos anos para que chegássemos a este nível mais descarado de acumulação capitalista, onde por um lado temos os burgueses garantindo para si uma riqueza sem precedentes e do outro o proletariado, submetendo-se em qualquer tipo de oportunidade para poder sobreviver, ganhando salários cada vez mais precários e insuficientes para o sustento de suas famílias. Portanto, o estudo faz uma retrospectiva, destacando pontos essenciais da evolução humana, na tentativa de explicar fenômenos que se repetem, inclusive no mundo contemporâneo.

Sendo assim, o objetivo geral foi o de conhecer a trajetória do trabalho nas indústrias a partir da perspectiva histórica, com ênfase nas perplexidades oriundas da ascensão do capitalismo. Enquanto os específicos destinaram-se em apresentar uma retomada histórica sobre

o trabalho nas indústrias, partindo de uma revisão desde o feudalismo até o surgimento da sociedade capitalista. Além destes, buscou-se refletir sobre a necessidade das relações humanas nos ambientes industriais como uma forma de amenizar o sofrimento humano e também em compreender como as transformações sociais impactaram no trabalho industrial no decorrer dos anos.

Este levantamento se justifica por indicar quais foram os trajetos sociais que favoreceram o estilo de sociedade conhecida como capitalista, na qual uns tem muito e outros nada possuem, em todos os âmbitos da vida. Para isso, metodologicamente, a pesquisa foi organizada como bibliográfica e descritiva, apontando fatos históricos essenciais para a compreensão da contemporaneidade. Com isto, o estudo possibilita contribuições para toda a sociedade que munida de informações adequadas pode se organizar e lutar por direitos e dignidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente o estudo foi organizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, sendo um estilo que envolve levantamento de informações por meio de diversas fontes, como livros e periódicos científicos (GIL, 2018). Dessa forma, para atingir os objetivos propostos, buscamos em referências clássicas, tanto da área de gestão como em economia e política, autores que pudessem favorecer as discussões acerca da industrialização com ênfase histórica desde o feudalismo até o capitalismo em sua forma mais perversa e contemporânea, o qual utiliza de todos os seus recursos para explorar sempre mais a força de trabalho humana.

De forma descritiva, a pesquisa pautou-se em uma análise qualitativa dos excertos apresentados, os quais favoreceram o esclarecimento da problemática estabelecida (GIL, 2018). A abordagem qualitativa, como destaca Marconi e Lakatos (2018) permite um aprofundamento mais detalhado do objeto, onde por meio da subjetividade os pesquisadores constroem seus argumentos por meio daquilo que a humanidade elaborou no seu decurso, ou seja, o conhecimento científico. Nessa perspectiva, as bibliografias escolhidas para a composição da narrativa estiveram de alguma forma alinhadas ao materialismo histórico dialético.

Tais procedimentos limitam-se ao presente estudo, mas em novas investigações torna-se relevante também a utilização de outras abordagens, como estudos de caso ou até mesmo pesquisas quantitativas, a fim de analisar o objeto por outros ângulos o que enriquece o conhecimento científico ao diversificá-lo. Contudo, as escolhas foram pertinentes e contribuíram para o alcance do objetivo geral da pesquisa, o qual tinha como propósito conhecer a trajetória do

trabalho nas indústrias a partir da perspectiva histórica, com ênfase nas perplexidades oriundas da ascensão do capitalismo.

3 DO FEUDALISMO À INDUSTRIALIZAÇÃO

Antes de adentrarmos a questão da industrialização em si, bem como aos processos envolvidos nesta atividade comercial, por exemplo, gestão de pessoas e processos, é necessário retornar à história para conseguirmos explicar os fenômenos que originaram esse tipo de instituição, que promove o trabalho, mas em muitos casos, favorece também a exploração da força de trabalho. Nesse sentido, sabe-se que desde os primórdios toda a evolução mostra-se de forma tradicionalmente positiva em um todo, suas definições são de ordens complexas, porém passíveis de mudança de uma história enraizada interpretada parcialmente.

Nessa perspectiva, conhecer a trajetória da sociedade até o momento de inserção em massa dos processos de industrialização, corrobora para uma lucidez no trabalho e nos processos que envolvem pessoas e condições materiais de vida. Assim, partimos do Feudalismo, que para Vicentino (2000), ocorreu durante a Idade Média, em um período longo datado do Século V ao XV, marcado por uma economia oriunda das terras controladas pelos senhores feudais, seus produtores – os camponeses – eram servos de uma classe exploradora que restringia todas suas ações, tinham toda sua produção extraída de um senhor feudal que possuía um superior influente e detinha autoridade política para controlar vários feudos de seu domínio.

Para Vicentino (2000), os senhores feudais cobravam impostos dos servos mesmo não havendo nenhuma melhoria da sua parte, tanto nas terras como nas ferramentas de trabalho. Essas ferramentas eram produzidas pelos próprios camponeses e ainda assim não tinham posse alguma sobre elas, possuíam apenas o direito de utilizá-las para o trabalho dentro do feudo. O trabalho exercido era pesado e rendia para os servos o mínimo, apenas o pouco necessário para a sobrevivência.

Em troca do uso das terras os senhores feudais ofereciam abrigo e proteção durante as guerras. Essa proteção sucedeu-se por interesse no trabalho barato, os servos garantiam aos senhores feudais e nobres a alimentação, rendas fiscais, diversos serviços externos como construção de pontes, estradas e produção de ferramentas necessárias para as guerras. Os senhores feudais (vassalos) possuíam título de autoridade apenas sob os camponeses, assim como eles, também deviam serviços ao seu superior – um nobre – que possuía o domínio de todas as terras e exigia em troca o serviço militar dos senhores feudais que promoviam guerras com

objetivo de dominar novas terras por meio da força, uma das funções desses senhores também era capturar um senhor feudal e exigir o resgate (ANDERSON, 1991).

Nessa perspectiva, de acordo com Anderson (1991), o trabalho pesado e barato despertou para a nobreza a possibilidade de maior exploração em busca de um crescente excedente de produção dos servos, resultando no início da divisão do trabalho, marcado sempre por apropriação e exploração do trabalho humano. O Feudalismo foi responsável pelo desenvolvimento dessa divisão de trabalho discrepante na sociedade e pelo controle econômico que naquele cenário pertencia a Igreja Católica. Durante esse período a literatura traz o título de servos para se referir aos camponeses e não escravos, pois os senhores feudais não possuíam direitos de propriedade impossibilitando o comércio desses servos, porém fazendo uma análise do feudalismo, pode-se observar que os servos não possuíam liberdade de ir para outros feudos e eram dominados pelos senhores feudais.

No dicionário a palavra ‘escravo’ não é definida apenas por aquele a quem pertence como propriedade dando o direito de comercialização, é definida também como o sujeito que é privado da liberdade e submetido à vontade de um senhor, exatamente como se vê na literatura, assim pode-se proferir a existência de escravos dentro dos feudos e não apenas servos ou camponeses (HOUAISS, 2009).

O sistema feudal manteve-se em expansão enquanto os elementos: capital, natureza e trabalho se complementavam; à medida que as terras foram se tornando escassas para agricultura e pecuária, o sistema feudal entrava em declínio. Segundo Franco Júnior (1983) em algumas regiões o cultivo de cereais era excedente a ponto de desfalcar a criação de animais essenciais para alimentação, além da diminuição de esterco para as plantações. A exploração principalmente agrícola ocorria de forma limitada em relação a técnicas de cultivo e utilização de tecnologias mais avançadas, desencadeando problemas ecológicos significativos.

Havia um aumento das guerras por terras, onde a busca por solos mais produtivos era marcada por muita violência. Com o tempo, os pequenos e médios feudos perdiam forças e o domínio das terras começara a se concentrar sob poucos senhores, o aumento da servidão e a concentração em um único grande feudo também se tornou um problema, com isso iniciou-se ainda as rebeliões desses servos, que passaram a exigir mais liberdade. Além disso, a taxa de mortalidade aumentava dentro dos feudos e a natalidade diminuía, consequência de maus tratos, má alimentação e demais sujeições que os servos eram submetidos. Passaram a utilizar de meios contraceptivos e abortivos como protesto e ânsia de não mais submeter novas vidas às condições não favoráveis (FRANCO JÚNIOR, 1983).

Com o aumento do desmatamento para a exploração agrícola em solo virgem com grande potencial de fertilidade, as mudanças climáticas também começaram a aparecer.

> O desmatamento – em 1300 as florestas da França cobriam um milhão de hectares a menos que atualmente – talvez tenha sido o responsável pelas mudanças no regime pluvial e pelo resfriamento do clima então ocorrido. As violentas e constantes chuvas que atingiram a maior parte da Europa em 1314-1315 provocaram colheitas desastrosas: de fins de 1315 a meados de 1316 os preços de trigo mais que triplicaram. A fome abriu caminho a várias epidemias, a mortalidade cresceu. Como cada indivíduo gastava mais com alimentação, consumia menos bens artesanais, o que levou à retração desse setor e consequentemente também do comércio (FRANCO JÚNIOR, 1983, p.79).

Para Hilton, Dobb e Sweezy (1977) vários foram os fatores que provocaram a crise e o fim do feudalismo, dentre eles, um dos principais era a falta de novas terras, além da escassez de mão de obra devido à fome, também as guerras incessáveis e a grande pandemia da peste negra que devastou o continente europeu. Cita ainda a perda da ideia central dos feudos como uma das causas do lento fim do feudalismo em decorrência do desenvolvimento comercial e agrícola simultaneamente ao desenvolvimento urbano que trouxe o individualismo.

Assim, os séculos XIV e XV foram marcados finalmente pela crise do feudalismo caracterizado pela expansão descontrolada, tanto agrícola como urbana, resultando em comércios que mudavam a essência do feudalismo e começavam a trazer o individualismo recorrente de crises ideológicas provocadas pelas tentativas de revoluções sociais que buscavam promover uma ruptura na base da estrutura feudal (HILTON; DOBB; SWEEZY, 1977). Portanto, o conflito central não partiu apenas da revolta dos pequenos produtores com o sistema feudal e sim principalmente pela crescente capitalização da produção que culminou na ascensão do capitalismo.

3.1 O FIM DO FEUDALISMO E A ASCENSÃO DO CAPITALISMO

O momento de transição do período feudal para o capital é dividido em duas fases para Hilton, Dobb e Sweezy (1977), os quais citam a primeira como uma pequena mudança do modo de servir para um trabalho relativamente livre, onde os servos deixam de ser escravos explicitamente para se tornarem assalariados com direito a contratos formais em alguns casos, porém, esse novo modo de servir não era predominante nas sociedades, impedindo assim que fossem caracterizadas como sociedades capitalistas como um todo, pois ainda existia intensos

sinais de escravidão e contratos de trabalho paliados, incapacitando uma ordem social e condições básicas viáveis. As sociedades em tal período de transição não se entremetiam ao feudalismo em sua totalidade tampouco ao capitalismo, porém, é indubitável que se tratava de um sistema inviável não autônomo, com características ainda marcantes do sistema feudal e novas formas de produção e de trabalho fracas para o desenvolvimento efetivo do sistema capitalista.

Na segunda fase, o modo de trabalho assalariado, agora não mais puramente novo para as sociedades, passa a tornar-se necessário para sobrevivência, onde entramos no que Marx chamou de acumulação de capital, que conduziu o início da classe proletária constituída pelos pequenos produtores dos antigos feudos. É nesta fase então que em síntese dá-se início ao capitalismo, porém, seu ápice se deu mais para frente com a Revolução Industrial Inglesa e segue até hoje atravessando mudanças constantemente, ainda utilizando o regime feudal como base, exibindo rastros de apropriação de excedentes de trabalho mesmo conhecendo que de fato não havia características viáveis desse sistema de apropriação com escravidão predominante (HILTON; DOBB; SWEEZY, 1977).

Para Marx e Engels (2008), todo o desenvolvimento histórico social é resumido em lutas de classes, onde sempre existiu algum tipo de oposição dentro das sociedades, seja durante o feudalismo, contendo os servos e os senhores feudais ou hoje no capitalismo com a presença de proletários e burgueses, mas sempre permanecendo a classe opressora e a oprimida lutando por novos ideais. A transformação da história nesse período de transição é marcada principalmente pela mudança do comércio de um período para outro, onde as terras deixaram de ser de subsistência e passaram a ser utilizadas para atender às novas necessidades das cidades.

Outras grandes mudanças que alavancaram o início do capitalismo – capitalismo mercantil – foram a descoberta da América e os mercados da Índia e da China, propiciando boas condições para os antigos senhores feudais, que agora formam a nova classe opressora. O desenvolvimento dos pequenos comércios e em seguida – verdadeiro capitalismo – das indústrias fortaleceram as divisões de classes dentro das próprias instituições promovendo expansões cada vez maiores devido às demandas que conforme surgiam iam abrindo espaço para grandes indústrias consequentemente acumulando o capital em grupos de burgueses modernos (MARX; ENGELS, 2008).

A liberdade, pauta das lutas ocorridas durante o período feudal nesse momento de transição das sociedades para o capitalismo, ganharam um simples valor, a liberdade passou a ser uma moeda de troca dentro da colonização comercial, a independência conquistada com muita luta e esforço deu lugar ao trabalho, substituto da servidão, transformado em exploração oculta

para exploração aberta tão direta quanto no feudalismo, em que trazendo de volta a forma de exploração, aconteciam em um formato velado, sem escolha, por isso a classe que lutou pela liberdade que atualmente é constantemente comutado por uma pequena parcela de capital (MARX; ENGELS, 2008).

Santiago (1988) discorreu sobre a transição para o capitalismo no livro Do Feudalismo ao Capitalismo – Uma discussão histórica, onde a progressão aconteceu não só pela quantidade crescente de homens livres na sociedade, sendo eles ricos ou não, mas também pelas fortunas mobiliárias acumuladas, onde os impostos do Estado sobrepuseram aos impostos que eram recolhidos pelos senhores feudais. Tais características poderiam ser vistas desde o Século XI, pois sofriam retrocessos durante a passagem, onde só se tornou uma sociedade absolutamente capitalista por meio de revoluções políticas das novas classes que estabeleceram regras juridicamente após dominarem o Estado.

Um dos fatos marcantes na ascensão do capitalismo que durou vários séculos foi a miséria dos proletários, como já citado, devido ao enorme êxodo rural, o aumento da população provocou um acúmulo de famílias em moradias com mínimas condições de sobrevivência. Por outro lado, as indústrias viam nessas famílias possibilidades de lucratividade, onde encontrava-se ali uma forma de utilizar da força do trabalho em troca de um pequeno salário. Nota-se nessa forma de trabalho traços do antigo regime trazidos pela classe burguesa, responsável por desenvolver o acúmulo de capital e a miséria urbana, tão cruel quanto nos períodos anteriores (PIKETTY, 2014).

Para Rosa Luxemburgo (1970), ao se falar de instituições em geral esquece-se que estes são os grandes geradores capitalistas e não apenas produtores de mercadorias para necessidade das sociedades, o modo de produção vai muito além do que apenas o necessário, ou seja, essas instituições não podem ser exaltadas por gerar problemas que são omitidos dentro das sociedades capitalistas. Tais instituições se vêem obrigadas a produzir o que Marx chamou de mais-valia – produtos e serviços geram valor e a principal mercadoria na produção capitalista é a força do trabalho que, como já citado, o trabalhador é obrigado a vender sua força para o capitalista por um pequeno salário (equivalente apenas à sua subsistência). Sendo que esta mercadoria é a mais importante dentro das instituições, pois é esta força a responsável por agregar um valor maior do que a própria força de trabalho, ou seja, é a mercadoria que gera a mais-valia.

Assim, para Viana (2018), tal modo de produção capitalista trouxe para a sociedade principalmente a comercialização das relações sociais, a produção de materiais, bem como a educação e a própria cultura tornam-se um produto de troca. Essa forma capitalista penetra por todos os setores, inclusive nos quais eram produzidos pelos artesãos seus próprios consumidores,

com o desenvolvimento histórico capitalista qualquer bem antes de caráter coletivo se transforma em mercadoria, outros modos de produção tornam-se inferior ao capitalismo passando a ser subordinados por tal sistema que se espalha e torna-se dominante causando necessidade em mercantilizar qualquer tipo de relação social.

Sendo assim, o trabalho tornou-se um dos problemas principais para esse novo sistema, os trabalhadores precisaram se adaptar às drásticas mudanças e do outro lado à classe opressora se aproveita desta vulnerabilidade ou alienação do trabalho como argumentou Marx. Visto que a classe trabalhadora foi a que mais apresentou perdas, não só relacionado ao capital, mas também a saúde física e psicológica é imprescindível a discussão sobre seus aspectos neste novo contexto.

4 A INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS CONTEXTOS

Partindo dos pressupostos críticos apresentados anteriormente em que a manufatura alavancou o capitalismo e trouxe sérios problemas para a sociedade e que tais problemas vêm evoluindo até a atualidade, pode-se apresentar uma série de constatações por meio da literatura acerca da industrialização no contexto do capitalismo, mais especificamente dentro da acumulação de capital, que não é um assunto muito tratado e exposto, visto que a industrialização é interpretada apenas pelo seu lado benéfico em que trouxe para a atualidade grandes avanços, melhorias, crescimento econômico e mundial, porém seus efeitos vão muito além do que é relatado.

Na história brasileira se tem relatos que o início do crescimento industrial se deu a partir das necessidades que surgiram pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Segundo Vaitkunas (2017) as décadas de 1910 e 1920 sofreram grandes mudanças tanto para o Brasil em relação à economia como para países da Europa que eram centros dos conflitos globais. O período foi marcado pela invenção da máquina a vapor e a locomotiva, por meio da ciência que descobriu a utilidade do carvão como fonte de energia, servindo de impulso para a indústria têxtil, que foi a primeira a adotar essa nova tecnologia. Por conseguinte, outros ramos industriais introduziram as máquinas em seus processos produtivos.

A partir dessas mudanças o império colonial britânico como o maior império territorial, detinha por dependência o domínio da economia mundial e com o início da Primeira Guerra Mundial sua economia entrou em declínio. Com a ampliação do mercado mundial e consequentemente da manufatura, as regiões partiram para ocupação cada vez maior, que além

de trazer o crescimento econômico como a maioria da literatura traz, trouxe também os confrontos obviamente agressivos pelo domínio de novos espaços. A partir daí o objetivo principal passou a ser o maior acúmulo de recursos financeiros possíveis, impulsionado economicamente e principalmente pelas novas indústrias que foram surgindo de forma imensurável, visto que o sistema deixava de ser comercial e se transformava em industrial (VAITKUNAS, 2017).

Prosseguindo na história, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi marcada por um período de transformação da industrialização, onde aconteceu a descoberta da eletricidade, o início dos meios de transporte com a transformação do ferro em aço, assim como os meios de comunicação que também tiveram avanços. A transformação trouxe também prejuízos, os trabalhadores passaram a ter dificuldades para se manter no novo cenário industrial, pois somente a força braçal não era mais suficiente, as indústrias nesse período começaram a buscar por trabalhadores específicos, qualificados para atuar nas diferentes áreas que surgiam açodadamente. Desde o início dessa nova forma de contratar e manter pessoas, as empresas não investiam e nem ofereciam qualificação para seus trabalhadores mesmo sendo as maiores interessadas, assim como nos dias de hoje, os trabalhadores tornavam-se reféns das empresas capitalistas (SAKURAI; ZUCHI, 2018).

Na explosão da segunda Revolução Industrial (1850-1940) iniciou-se o Taylorismo e o Fordismo com a nova forma de produção, consequentemente o crescimento da classe operária desencadeado pelo êxodo rural. Os expoentes da supremacia burguesa impulsionaram o desenvolvimento industrial, porém a relação empregado e empregador permaneceram constantes em relação ao domínio e controle do trabalhador. Tal afirmação é evidente em uma fala de Taylor para um operário:

> - Bem, se você é um homem valioso, você fará exatamente como esse homem lhe disser amanhã, de manhã à noite. Quando lhe disser para apanhar uma pilha e andar, você apanha e anda, e quando ele lhe disser para sentar-se e descansar, você se senta. Você faz aquilo certo o dia todo. E, o que é mais, nada de parolagem. Agora um homem valioso faz exatamente o que lhe mandam fazer, e nada de conversa. Entende? **Quando esse homem lhe disser para andar, você anda; quando lhe disser para sentar, você senta, e você não lhe responde.** Agora você volta para o trabalho amanhã de manhã e eu saberei antes da noite se você é exatamente um homem valioso ou não (BRAVERMAN, 1978, p.103, **grifo nosso**).

Por meio do excerto, nota-se como a forma de gerir pessoas é espelhada no momento histórico da exploração do trabalho e domínio do trabalhador, principalmente que mesmo diante

de duas revoluções industriais que trouxe tantos avanços tecnológicos, a classe burguesa ainda permanece carregando traços dessa maneira tóxica de manter pessoas no ambiente de trabalho.

Ainda na década de 1920 com o crescimento rápido da *Ford Motor Company*, devido à produção em série e o baixo custo de produção, Henry Ford que já era adepto a concentração vertical (produzia desde sua matéria prima ao produto final acabado) encontrou na Amazônia uma possibilidade de exploração para retirar o látex natural que até então era inglês. Enviou funcionários para desmatar uma área de um milhão de hectares, vendida a ele por 125 mil dólares e aprovada escritura pela Junta Comercial do Pará em 1927. Conhecido como Boa Vista, o local foi rebatizado como Fordlândia e cedido pelo governo brasileiro o direito de exploração de todos os recursos além da isenção de taxas de importação e exportação. Assim seguiu o projeto de Ford, enviando muitos funcionários, maquinários e equipamentos, porém nenhum especialista com conhecimento sobre floresta e plantação de seringueira (DUARTE JUNIOR, 2015).

Logo, a criação da nova cidade com aparência norte-americana se tornou um caos e trouxe insatisfação para Ford e seus funcionários que não tiveram suas expectativas alcançadas. Do outro lado, os brasileiros também estavam insatisfeitos e se revoltaram contra os estrangeiros que os humilhavam e discriminavam, além de obrigá-los a seguirem sua cultura, desde a forma de agir, culinária e afins. Depois de sofrerem muita discriminação pela cor e forma física, os brasileiros se uniram para ameaçar os estrangeiros com o intuito de expulsa-los já que não aguentavam mais a forma de trabalho que os norte-americanos impuseram. Após a revolta dos brasileiros a Fordlândia ficou destruída e os estrangeiros já não tinham mais coragem de voltar à cidade, assim, Ford chegou a enviar um novo administrador para a cidade, mas em poucos anos em que Fordlândia havia sido reconstruída um fungo atacou e destruiu praticamente toda a plantação de seringueira e dessa vez Ford optou por abandonar a cidade e seguir seu projeto em uma nova região (DUARTE JUNIOR, 2015).

Mais adiante, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) surge a Terceira Revolução Industrial (1950), também chamada de Revolução Técnico-Científica e Informacional, pois ficou marcada pelas grandes inovações tecnológicas, principalmente na área da informática, mas também da robótica, das telecomunicações, dos transportes, da biotecnologia, além da nanotecnologia. Como todas as revoluções, essa também trouxe seus prejuízos, esse período ficou marcado pelo início dos altos números de desemprego. Com a mudança do sistema de produção, agora todo automatizado, os trabalhadores precisaram se qualificar ainda mais e em grande velocidade para acompanhar tais avanços, assim como a história já mostrou até aqui, a forma de se apropriar do trabalho avança simultaneamente a tecnologia, além do excesso de

trabalho e a carência de salários, a burguesia exibe maior domínio do capital. Assim, as indústrias passaram a substituir vários operários por apenas uma máquina, além de estreitar as contratações para mão-de-obra específica e mais qualificada (MATTOSO, 1995).

Nesse contexto de industrialização entra a teoria da mais-valia, onde o trabalhador geralmente trabalha por um salário condicionado a muitas horas de trabalho e essas horas retornam em forma de salário. Assim, a mais-valia mostra que as horas que esse trabalhador pratica ao longo de sua vida de trabalho será recebido apenas em forma de salário não relacionado ao lucro, pois para Marx o trabalhador pode produzir muito lucro, mas o que retorna a ele não tem a ver com o lucro, apenas a um salário mensal, portanto se o lucro não destina-se ao trabalhador então, é direcionado apenas para o burguês, ou seja, a mais-valia é o excedente de trabalho e a transformação do objeto em lucro que não retorna para o trabalhador, mas sim apenas para o dono da produção (MARINI, 2013).

Bernardo (2009) complementa ao afirmar que Marx divide a mais-valia em mais-valia absoluta e mais-valia relativa, a mais-valia absoluta consiste no excedente de horas de trabalho convertidos em lucro que não retornam para o trabalhador e a mais-valia relativa está empregada as tecnologias, presentes desde a revolução industrial, onde o operador de uma máquina está inserido nesta mais-valia, pois a máquina que é operada diminui parcialmente as horas trabalhadas do operador para produzir o lucro e, por sua vez, o lucro será transformado na operação da máquina aumentando a produtividade. Ou seja, diminui-se as horas trabalhadas, porém o trabalhador continua gerando lucro para o dono do meio de produção.

Essa classe burguesa avançou apenas em benefício do capitalismo, que objetiva o total controle e acúmulo de capital. Em relação aos trabalhadores, as revoluções os tornaram máquinas a serviço da burguesia que por sua vez está a serviço do capital. Desde o início esse objetivo tornou difícil a relação entre empregado-empregador, por isso é preciso percorrer por toda a história para compreender de fato o que torna essa relação tão complexa e difícil de transformar-se em algo humano e digno.

Neste contexto, a gestão de pessoas é muito relevante, pois é algo que se tem há séculos e afeta diretamente diferentes áreas das organizações, onde o objeto central esclarece os papéis em que os trabalhadores se sujeitam no contexto de cada momento histórico, reafirmando a teoria de que o homem tem se adaptado ao trabalho e não o contrário como carece. Os expoentes desse movimento foram Frederick W. Taylor e Henri Fayol com o início da Administração Científica que buscava substituir o empirismo pela ciência por trás das atividades administrativas. Movidos pela ganância em produzir mais, desenvolveram um sistema que possuía objetivos de minimizar

o tempo das atividades dentro da produção sem aumentar os custos. Logo, tal sistema desencadeou uma série de insatisfações nos trabalhadores, haja vista que passaram a trabalhar mais, sem direito a intervalos e paradas, muitas regras novas e rígidas, além de receber o mesmo salário se não menos (DUARTE; BARBOSA, 2020).

Taylor visualizou uma oportunidade diante do crescimento acelerado e desorganizado das fábricas, investiu seu tempo em estudos relacionados ao aumento dos lucros e produtividade, também na diminuição dos custos principalmente em relação à mão de obra. Mesmo sendo a parte com maior responsabilidade sobre os ganhos das empresas, nesse período não era diferente o pensamento em relação aos responsáveis pelo trabalho direto na criação e entrega do produto, como se quanto mais houvesse trabalho menos retorno financeiro existia por parte dos operários. Diante de seus estudos Taylor não só criou a administração científica como uma forma de organização gerencial das indústrias, mas também uma forma de controle efetivo sobre o trabalhador (HELOANI, 1995).

Neste sentido Weil (1996) discorda da administração científica visto que seu iniciador nunca foi um cientista, sequer havia concluído um curso superior de Engenharia e que não seria possível chamar de científico um modelo de trabalho onde homens são tratados de forma indecente e a ciência colocada como instrumento de pressão. Nesse modelo de gerenciamento, o trabalhador é excluído do mérito da criação do produto e manipulado para se colocar como insignificante nos processos e consequentemente para a sociedade. Assim, o modelo pode ser entendido não como um avanço na gestão de pessoas, mas um regresso ao momento da manufatura em que apenas a máquina importava, o operário tem sua inteligência ignorada e o resultado que se espera é o mesmo das máquinas.

Henry Fayol seguiu a mesma linha de estudos de Taylor, pretendendo estruturar organizações sem considerar os fatores sociais e psicológicos, pois seus princípios da Teoria Clássica se referem apenas ao simplismo do senso comum sem comprovações de suas afirmações. A teoria de Fayol empobrece as habilidades dos operários onde a virtude é a capacidade de obediência às ordens gerenciais. O cenário colocava os resultados das indústrias acima de qualquer operário que era visto apenas como uma peça do processo de produção que se movia de acordo com ordens estabelecidas pela gerência (TEIXEIRA, 1981).

Um novo movimento surgiu a partir das queixas em relação ao trabalho humilhante e degradante, pelos estudos (Experiência de Hawthorne) do psicólogo Elton Mayo o movimento denominado como Escola das Relações Humanas (1930), levou em consideração fatores psicológicos e sociais no ambiente industrial. Mayo analisou o comportamento dos operários na

Fábrica de Western Eletric em Chicago em relação a fadiga, acidentes de trabalho e a iluminação do ambiente laboral. Após concluir que as emoções dos operários bem como suas condições de trabalho afetavam diretamente a capacidade produtiva, a relação humana passou a ser mais utilizada pelas organizações com o intuito de aumentar a produtividade e não a preocupação com o trabalhador em si como é exposto (MASSOLLA; CALDERARI, 2011).

Porém, a experiência trouxe um grande avanço para a qualidade de vida do trabalhador, mesmo não sendo utilizada como apresenta seus princípios supriu boa parte das necessidades que os trabalhadores reivindicavam. Nardi e Sudati (2015) apresentam a experiência dividida em quatro fases, sendo a primeira constituída por dois grupos, onde um correspondia a observação e o outro ao controle, ambos os grupos foram expostos a intensidade de luz variada e constante respectivamente, Mayo concluiu que o fator psicológico estava relacionado a produtividade, pois os operários trabalhavam mais quando havia maior intensidade de luz.

Na segunda fase, novamente Mayo escolheu observar dois grupos, um possuía supervisor mais flexível que permitia intervalos e lanches e o outro grupo possuía supervisor mais rígido, concluindo para Mayo que o grupo que trabalhava em um ambiente descontraído desenvolveu laços de amizades que contribuíram para o aumento da busca pelos melhores resultados em equipe. A terceira fase deu continuidade às conclusões referentes a esta experiência por meio da aplicação de questionário para reafirmar que o ambiente laboral informal consegue unir mais os trabalhadores. A última fase da experiência investigou o nível de produção do grupo quando relacionava os salários à produtividade conjunta, concluindo que o grupo apresentava uniformidade de produção, pois os trabalhadores criavam um nível de produção interna que todo o grupo deveria seguir (NARDI; SUDATI, 2015).

A experiência de Hawthorne favoreceu para que a gestão de pessoas ganhasse reconhecimento científico por meio da Psicologia Industrial com abordagem humanística, essa nova teoria buscou dar ênfase ao indivíduo que até então todos os movimentos anteriores excluíam. Ou seja, a partir dessa readequação que as organizações precisaram atravessar a classe trabalhadora conseguiu mostrar suas individualidades e a existência da diversidade da força humana no trabalho. Contudo, muito há que se avançar, pois mesmo na atualidade ainda existem muitos problemas inerentes ao trabalho, mascarado pelas grandes indústrias e instituições em geral.

5 CONCLUSÃO

Conhecer a história é essencial para sabermos como a humanidade se organizou e a partir disto poder estabelecer padrões adequados de análises. Sem isto, o indivíduo torna-se aleatório ao fazer suas ponderações, pois, não tem bases científicas que sustente seus argumentos. Nesse sentido, o estudo ao fazer uma retomada histórica, possibilitou uma imersão desde o feudalismo, passando para o surgimento da sociedade capitalista e como o trabalho industrial foi se constituindo nessa nova estrutura.

Ao fazer tais levantamentos, notou-se que as condições humanas ou relações humanas nem sempre estiveram no foco dos processos históricos, que ao contrário, primeiro buscou-se a riqueza e a acumulação de capital e somente muito tempo depois iniciaram alguns estudos sobre a gestão de pessoas, como notamos com a experiência de Hawthorne. Mesmo assim, em nome de políticas de pessoas, muitas organizações contemporâneas ainda possuem métodos ultrapassados de condução, avaliação e gratificação de seus trabalhadores, que se dedicam incansavelmente na produção de mais valor.

Isto posto, consideramos que mesmo por meio de autores clássicos e não tão atualizados, o estudo deu conta de atingir seus objetivos e favoreceu a resposta do questionamento inicial que investigava como se organizou a sociedade no decorrer dos anos para que chegássemos a este nível. Assim, indica-se a necessidade de novas pesquisas evolvendo o mesmo objeto, incluindo análises mais aprofundadas sobre o trabalho em si, suas origens e aplicações nas mais diversas sociedades. O tema gera muitos questionamentos e interesse de investigação, contribuindo com a ciência na elaboração e reflexão de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. São Paulo: LTC, 1978.

DUARTE, Angélica Pereira de Assis; BARBOSA, Alex Francisco de Oliveira. **Teorias da Administração**. Disponível em https://docplayer.com.br/67774553-Teorias-da-administracao-

angelica-pereira-de-assis-duarte-alex-francisco-de-oliveira-barbosa.html. Acesso em 31 de agosto de 2021.

DUARTE JUNIOR, Antônio Marcos. Fordlândia e Belterra: as cidades de Henry Ford na Amazônia. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, [S.L.], v. 5, n. 1, 13 jun. 2015.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **O feudalismo.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HILTON, Rodney; DOBB, Maurice; SWEEZY, Paul (org.). **A transição do feudalismo para o capitalismo:** um debate**.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HELOANI, R. **Organização do trabalho e administração:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez, 1995.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 5. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MASSOLLA, Milena Ferraz; CALDERARI, Patrícia. Qualidade de Vida no trabalho. *In*: **III Encontro Científico e Simpósio de Educação UNISALESIANO** - Educação e Pesquisa: a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores, out/2011. Disponível em https://silo.tips/download/qualidade-de-vida-no-trabalho-resumo acesso em 31 de agosto de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARINI, Cátedra Ruy Mauro. **Desenvolvimento e dependência**. Brasília: Ipea, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Editora Scritta, 1995.

NARDI, Andressa Gomes; SUDATI, Tauana Nicoletti. Teorias da administração: análise da evolução dos recursos humanos. *In*: **ETIC-2015** - Encontro Toledo de iniciação científica. 2015, Presidente Prudente. Disponível em http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/4799. Acesso em 31 de agosto de 2021.

PIKETTY, Thomas. **O Capital**: no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SAKURAI, Ruudi; ZUCHI, Jederson Donizete. As revoluções industriais até a indústria 4.0. **Revista Interface Tecnológica**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 480-491, 30 dez. 2018.

SANTIAGO, Theo *et al.* **Do Feudalismo ao Capitalismo:** uma discussão histórica. 11. ed. São Paulo: Contexto, 1988.
TEIXEIRA, Hélio Janny; Análise das abordagens sobre as funções do administrador. **Rev. Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 27-38, jun. 1981.

VAITKUNAS, Aleksas Dalecio. A industrialização brasileira: da primeira guerra mundial à crise de 1929. 2017. 101 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017.

VIANA, Nildo. **A mercantilização das relações sociais**: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas. Curitiba: Appris, 2018.

VICENTINO, Claudio. **História geral**. São Paulo: Scipione, 2000.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.